


DIÁRIO
**República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL****ANO XLIX - Nº 73****SÁBADO, 25 DE JUNHO DE 1994****SEÇÃO II****BRASÍLIA-DF****SENADO FEDERAL****SUMÁRIO****1 – ATA DA 72ª SESSÃO, EM 24 DE JUNHO DE 1994****1.1 – ABERTURA****1.2 – EXPEDIENTE****1.2.1 – Requerimentos**

Nº 478/94, de autoria do Senador Aluízio Bezerra, solicitando que seja considerado como licença os dias 3, 6 a 10, 13 a 17 e 20 a 22 de junho de 1994. **Votação adiada por falta de quorum.**

Nº 479/94, de autoria do Senador Odacir Soares, solicitando autorização para afastar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29-6 a 3-7 do corrente ano.

Nº 480/94, de autoria do Senador Francisco Rolemberg, solicitando autorização para afastar-se dos trabalhos da Casa, nos dias 24 e 27 do corrente mês. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.2.2 – Leitura de indicação de autoridade

Nº 1/94, referente à indicação do Senador Iram Saraiva, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União na vaga reservada à escolha pelo Congresso Nacional, decorrente da aposentadoria do Ministro Luciano Brandão Alves de Souza.

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações sobre os desdobramentos da ECO-92. Proposta para que o Brasil sedie o

Conselho para o Desenvolvimento Sustentado, a ser criado proximamente.

SENADOR IRAM SARAIWA – Elogios à atuação de homem público do Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, a quem S. Ex^a deverá substituir no Tribunal de Contas da União.

SENADOR AMIR LANDO – Relatando sua recente viagem pelo interior de Rondônia e a crise que enfrenta a população daquele estado.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES – Comprometimento do sucesso do Plano FHC II por seu aspecto político-eleitoral.

1.2.4 – Ofício

Da Liderança do PRN, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 524/94.

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

1.2.6 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – MESA DIRETORA****3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****Ata da 72ª Sessão, em 24 de junho de 1994****4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura****Presidência dos Srs. José Eduardo e Meira Filho**

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Epitácio Cafeteira; Iram Saraiva; João Calmon; João França; José Eduardo; José Richa; Jutahy Magalhães; Mansueto de Lavor; Marco Maciel; Reginaldo Duarte.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 10 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 478, DE 1994

Nos termos regimentais do harto. 13, § 1º, solicito de V. Ex^a que seja considerado como licença autorizada meu não comparecimento às sessões dos dias 3, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21 e 22 do corrente mês (junho/94), em virtude do atendimento a compromissos partidários no interior do meu Estado.

EXPEDIENTE
Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
 Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS
 Semestral _____ 23,53 URV

Tiragem: 800 exemplares

Sala das Sessões, 24 de junho de 1994. – **Aluízio Bezerra**,
 Senador.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo) – A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 479, DE 1994

Nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e 40, § 1º, a, do Regimento Interno do Senado Federal e na condição de membro da Mesa Diretora da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, seção brasileira, requeiro me seja concedida autorização para ausentar-me do País no período de 29/6 a 3/7 do corrente ano, a fim de participar de Sessão Ordinária daquela Comissão, que será realizada na cidade de Mendoza, Argentina.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1994. – Senador Odacir Soares.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo) – De acordo com o art. 40, § 4º, do Regimento Interno, o requerimento lido será remetido à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, devendo ser submetido à deliberação do Plenário após a Ordem do Dia, em virtude do que se acha previsto no art. 40, § 3º, da Lei Interna.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 480, DE 1994

Requeiro seja considerada como licença autorizada, nos termos do artigo 13, parágrafo 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, minha ausência de Brasília, nos dias 24 e 27 de junho de 1994, a fim de tratar, como Líder do Partido da Mobilização Nacional no Senado Federal, de assuntos políticos e administrativos no Estado de Sergipe.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1994. – Senador Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo) – A votação do requerimento fica adiada por falta de quorum.

Sobre a mesa, indicação de autoridade que será lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

Excelentíssimos Senhores Senadores da República Federativa do Brasil

Com fulcro no art. 73, §§ 1º e 2º, II, da Constituição Federal e de conformidade com o disposto no art. 105, II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, regulamentada pelo Decreto Legislativo nº 6 de 1993, alterado pelo Decreto Legislativo nº 18, de 1994, submetemos à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor IRAM DE ALMEIDA SARAIVA, Senador da República pelo Estado de Goiás, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga reservada à escolha pelo Congresso Nacional, decorrente da aposentadoria do Ministro Luciano Brandão Alves de Souza.

Os méritos do indicado, que nos induziram a apontá-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo **curriculum vitae**.

Brasília, 24 de junho de 1994. – Ney Maranhão (PRN); Magno Bacelar (PDT); Mauro Benevides (PMDB); Jonas Pinheiro (PTB); Marco Maciel (PFL); Epitácio Cafeteira (PPR); Irapuan Costa Júnior (PP); Mário Covas (PSDB); Eduardo Suplicy (PT); José Paulo Bisol (PSB); Francisco Rollemberg (PMN); Pedro Simon (Líder do Governo).

CURRICULUM VITAE

IRAM DE ALMEIDA SARAIVA

Profissões: Advogado, professor universitário e jornalista

Nascimento: 27 de agosto de 1944, Goiânia, Goiás

Filiação: José de Almeida Saraiva e Lucinda Augusto Saraiva

Cônjugue: Maria Aparecida Silveira Saraiva

Filhos: Glauce, Iram Júnior e Milena

Estudos e graus universitários

Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Goiás (1970)

Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1972)

Principais fatos da vida parlamentar e profissional

Vereador (1973-1975) – Câmara Municipal de Goiânia, Goiás

– Líder da bancada do MDB

Deputado Estadual (1975-1979) – Assembléia Legislativa do Estado de Goiás

– Membro da Comissão de Constituição e Justiça

– Membro da Comissão de Educação e Cultura

– Membro da Comissão de Saúde Pública e Assistência Social

– Membro da Comissão de Minas, Energia, Telecomunicações e Comunicações

– Vice-Líder da bancada do MDB

- Deputado Federal (1979-1983 e 1983-1987)**
- Membro da Comissão de Relações Exteriores (1979-1987)
 - Suplente da Comissão de Educação e Cultura (1979-1987)
 - Vice-Líder da bancada do PMDB na Câmara dos Deputados (1983-1984)
- Senador da República (1987-1995)**
- Primeiro Vice-Presidente do Senado (1989-1990), tendo presidido, em 1989, 74 das 122 sessões do Congresso Nacional e, em 1990, 61 das 113 sessões realizadas pelo Congresso Nacional
 - Quarto Secretário (1991-1992), tendo sido fundador e o primeiro Presidente do SIS – Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal
 - Titular da Comissão de Constituição e Justiça (1987)
 - Atual Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal
 - Titular da Comissão do Distrito Federal (1987-1988)
 - Titular da CPI destinada a apurar "Fatos contidos nas denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello referentes às atividades do Sr. Paulo César Farias, capazes de configurar ilicitude penal" – **Impeachment (1992)**
 - Suplente da Comissão de Fiscalização e Controle (1988)
 - Titular da Comissão Mista de Orçamento (1992)
 - Relator Parcial da Comissão Especial incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1989, que dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências (1990)
 - Titular da Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre o julgamento de **impeachment** do Presidente Fernando Collor por crimes de responsabilidade (1992)
 - Titular da CPI destinada a apurar as irregularidades divulgadas no jornal *A Folha de S. Paulo* na concorrência para implantação da ferrovia Norte – Sul, e analisar os aspectos da viabilidade sócio-econômica daquela ferrovia (1987)
 - Presidente da CPI destinada a investigar fatos ligados ao acidente com a cápsula de Césio 137 em Goiânia (1987)
 - Suplente da CPI destinada a apurar a situação do Sistema Financeiro de Habitação (1991)
 - Suplente da CPI destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil (1991)
 - Suplente da CPI destinada a investigar a situação da evasão fiscal no País (1991)
 - Suplente da CPI destinada a apurar as responsabilidades pelo caos existente no âmbito dos consórcios para aquisição de veículos automotores e de bens em geral (1991)
 - Titular da Comissão de Representação do Congresso Nacional (período: 16-12-91 a 14-2-92)
 - Titular da Comissão de Representação do Congresso Nacional (período 1º a 31-7-92)
 - Suplente da Comissão de Representação do Congresso Nacional (período 16-12-92 a 14-2-93)
 - Titular da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a "Apurar fatos contidos na denúncia do Sr. José Carlos Alves dos Santos, referente às atividades de Parlamentares, membros do Governo e empresas envolvidas na destinação de recursos do Orçamento da União" (1993)
 - Relator Adjunto da Revisão Constitucional (1993-1994)
- Atuação na Assembléia Nacional Constituinte de 1987**
- Titular da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições
- Titular da Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e sua Segurança**
- Suplente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos
- 196 Suplente da Comissão da Ordem Social**
- Advogado**
- Inscrito na OAB-GO sob o nº 2.367, de 28-11-73, com militância até hoje
- Professor**
- Professor de Direito Usual e de Legislação Aplicada da Escola Técnica de Comércio Dom Marcos de Noronha (1967-1969)
 - Professor de Geografia Administrativa e Econômica, História Geral, Direito Usual, Legislação Aplicada e Economia Política da Escola Técnica de Comércio de Campinas-GO (1967-1976)
 - Professor de História Geral, História do Brasil, Geografia Geral e Geografia do Brasil do Colégio Ateneu Dom Bosco, Goiânia-GO (1966-1970)
 - Professor de História do Colégio Estadual de Goiânia (1970-1973)
 - Professor de História do Colégio Estadual Presidente Costa e Silva (1971-1972)
 - Professor de História do Colégio Estadual Rui Barbosa (1971-1972)
 - Professor de História Geral, História do Brasil, Geografia Geral e Geografia do Brasil do Curso Carlos Chagas – Pré-Vestibular (1970-1971)
 - Professor de História do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes (1970-1972)
 - Professor de História no Instituto Dom Abel, Pré-Vestibular (1971)
 - Professor de História Geral e História do Brasil no Curso Mackenzie, Pré-Vestibular (1972-1973)
 - Professor para Agentes de Polícia, Escrivães e Delegados da Academia de Polícia de Goiás (1970-1972)
 - Professor de Português do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás (1972)
 - Professor de História Geral e História do Brasil do Instituto Rio Branco-GO, Pré-Vestibular (1971)
 - Professor de História Geral e História do Brasil do C.O.P. Carlos Chagas, Colégio e Pré-Vestibular (1975-1977)
 - Professor das cadeiras de Introdução ao Estudo do Direito, Direito Processual Penal, Direito Processual Civil, de 1976 a 1979, e de 1980 até hoje titular da cadeira de Direito Processual Penal do Curso de Direito da Faculdade de Anhangüera de Ciências Humanas, Goiânia – GO
- Jornalista**
- Inscrito na Associação Goiana de Imprensa desde 27-1-1961
 - Jornalista do jornal *Hora de Brasília* (1961);
 - Jornalista do *Semanário de Campinas* (1961)
 - Jornalista do suplemento "Dominguinho", do jornal **O Popular** (1972)
 - Jornalista do jornal *Cinco de Março* (1961 e 1977)
 - Jornalista das Rádios Independência e Brasil Central, em Goiânia-GO
- Extensões, diplomas e certificados**
- Curso Técnico de Contabilidade, Colégio Estadual de Goiânia (1964-1966)
 - II Semana de Estudos Históricos – Universidade Federal de Goiás e Universidade de Goiás (1968)

- Psicologia do Adolescente – Faculdade de Filosofia da Universidade de Goiás (1970)
- VIII Encontro Nacional de Vereadores, Aracaju – SE (1973)
- Seminário sobre a Atuação dos Legislativos Municipais – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Escola Nacional de Serviços Urbanos, Rio de Janeiro (1974)
- VII Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas, Belo Horizonte-MG (1976)
- Conferencista sobre **A Constituinte** – Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Goiás (1985)
- I Convenção Estadual do Comércio Lojista – Federação dos Diretores Lojistas do Estado de Goiás (1985)
- Conferencista sobre **O Poder Legislativo no Brasil** – Câmara Municipal de Palmeiras de Goiás (1978)
- II Encontro de Vereadores da Região Norte – Paraíso do Norte – GO (1985)
- I Encontro de Prefeitos e Primeiras-Damas da Bacia do Araguaia – Barra do Garças – MT (1989)
- Presidiu as Mesas de Debates dos Temas Princípios Constitucionais do Direito Eleitoral, Propaganda Eleitoral, Sistema Eleitoral dos Estados Unidos da América e Prestação Jurisdicional no Direito Eleitoral no Seminário sobre Direito Eleitoral, promovido pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, (1994)

Condecorações e honrarias

- Honra ao Mérito – jornal **Correio do Norte**, "Os Melhores do Ano". Destaque político em Goiás – Araguáia (1986)
- Honra ao Mérito – jornal **O Regional**. Personalidade política em destaque – Araguáia (1986)
- Os Melhores do Ano 86 – C.C.C. Produções Cinematográficas e Pesquisas de Opinião Pública, Área Política, Goiânia (1986)
- Ordem do Mérito Cívico, Cultural e Social – Sociedade de Estudos dos Problemas Brasileiros no Grau de Grã-Cruz, Brasília (1987)
- Os Melhores do Ano 89 – C.C.C. Produções Cinematográficas e Pesquisas de Opinião Pública, Área Política, Goiânia (1989)
- Reconhecimento pela colaboração especial que prestou e vem prestando à consolidação dos ideais e das causas municipalistas – Tribunal de Contas dos Municípios – Estado de Goiás, (1989)
- Melhor Senador da República de 90, UVG – União dos Vereadores do Estado de Goiás, indicação de 211 Câmaras Municipais do Estado de Goiás (1991)
- Medalha de Mérito Legislativo "Pedro Ludovico Teixeira", Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, (1991)
- Comenda "Cruz do Anhangüera", Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás (1990)
- Comenda "Gomes de Souza Ramos", conferida pela Câmara Municipal de Anápolis-GO (1993)

- Placa "Político Mais Dinâmico". Homenagem da Associação Goiana de Empresários de Autopeças – AGEAP, Goiânia (1985)
- Ordem do Congresso Nacional, Grau de Grande Oficial (1990)
- "Palavra de Honra", diploma conferido pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (1988)
- O Congressista do Ano de 1988 – Clube dos Repórteres Políticos de Goiás

- Melhor Congressista de 1986 – Clube dos Repórteres Políticos de Goiás
- Diploma de Mérito Partidário – Comissão Executiva Nacional do PMDB (1993)
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau de Grande Oficial. Tribunal Superior do Trabalho (1993)
- "Diploma de Honra ao Mérito na Área Ambiental do Brasil", Sociedade Brasileira para Valorização do Meio Ambiente – Biosfera e Comissão Organizadora do Segundo Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Centros Urbanos – ECO URBS'93 (1993)
- "Medalha do Pacificador" – Exército Brasileiro (1993)
- Ordem do Mérito Judiciário Militar, "Condecoração de Alta Distinção". Superior Tribunal Militar (1994)
- Ordem de Rio Branco, no Grau Grande Oficial (1994)
- Ordem do Mérito Naval, no Grau Grande Oficial (1994)

Trabalhos publicados

- História Antiga e Média: Testes para Vestibulares (1971)
- História Moderna: Testes para Vestibulares (1972)
- História Contemporânea Testes para Vestibulares (1972)
- História do Brasil: Testes para Vestibulares (1973)
- Iram em Ação. (Publicações sobre as atividades parlamentares). Câmara dos Deputados (1975-1987)
- Até a Queda da Ditadura. Câmara dos Deputados (1980)
- Contra a Ditadura que Infelicitou o Povo. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações (1984)
- Judiciário, o Poder sem Poder. Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações (1985)
- Hora de Ação. (Publicações sobre as atividades parlamentares). Senado Federal (1987-1992)
- Constituição Municipal: Roteiro para Elaboração da Lei Orgânica do Município. Senado Federal (1988)

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo) – A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, de acordo com o art. 2º, § 2º, do Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo, hoje, fazer referência a um fato que considero extremamente importante para a consolidação do nosso País como grande pólo de formulação de políticas, no que diz respeito à preservação do meio ambiente e desenvolvimento ecológico.

Como se sabe, há precisamente dois anos, realizou-se, no Rio de Janeiro, com enorme êxito – faço questão de mencionar – a Conferência Internacional sobre Ecologia e Desenvolvimento, denominada ECO 92. A esse evento compareceram chefes de Estado de todo o mundo; aliás, nunca houve, penso, uma reunião que suscitasse tanto interesse da comunidade internacional e tivesse contado com a presença tão expressiva de primeiros-ministros e de responsáveis por ações governamentais.

A ECO-92 transcorreu num clima de muita participação, tranquilidade e muito interesse.

Os temas foram candentes, porque a questão ambiental, hoje, é um tema sensível. No entanto, os trabalhos transcorreram muito bem, deixando, assim, positivamente situado o papel da nossa chancelaria, e por que não dizer o papel do nosso Governo e do nosso povo, que acolheu as representações de forma muito cor-

dial e fraterna, como aliás, já se apontou, é um traço do caráter do povo brasileiro.

Sr. Presidente, durante essas reuniões, que se caracterizaram também pela de organizações não-governamentais e foram discutidos e assinados tratados de grande importância, somente relativos às alterações no clima e à convenção sobre biodiversidade.

Para que essas convenções entrassem em vigor, Sr. Presidente, era necessária a ratificação de mais de 50 países, o que se deu num prazo extremamente ágil, sobretudo se considerarmos que são convenções que representam matéria nova na comunidade internacional e que tratam de temas muito complexos.

É lógico que, passados os dois anos, cabe verificar o que aconteceu e o que certamente poderemos fazer para que os resultados dessa Conferência não fiquem meramente no papel. Dentro deste quadro, gostaria de destacar que com o depósito das ratificações necessárias essas convenções entraram em vigor.

Recentemente, o diplomata Carlos Garcia, embaixador brasileiro que inclusive coordenou os trabalhos da ECO-92, em artigo publicado em **O Globo**, no dia 1º de maio deste ano, chamou a atenção para que, ao lado da implementação dessas políticas previstas nos acordos a que me referi, cogitássemos também que o Brasil pudesse continuar seu papel declarados nos movimentos em torno da preservação do meio ambiente.

E considero essa medida muito significativa porque, durante muito tempo, no Brasil, e sobretudo fora dele, se buscou colocar a imagem do nosso País como a de uma Nação, de um povo que não se preocupava com o desenvolvimento ecológico, que não tinha preocupação em preservar a higidez do nosso planeta.

O que se viu na ECO-92, e o que se está vendo agora, é que o País, em muitos pontos, está tendo um enorme cuidado com a preservação não somente de sua qualidade ambiental, inclusive reagindo a políticas que venham deteriorar o meio ambiente, mas, também, de alguma forma, nos fóruns internacionais, está liderando uma série de movimentos em favor do equilíbrio ambiental.

Então, o que nos cabe suscitar aqui, agora, louvando-me nas palavras do Embaixador Carlos Garcia, é que, dando seqüência a esse esforço político que o Brasil vem empreendendo, reivindiquemos sediar aqui, no Brasil, o organismo internacional que certamente brotará para tratar de política ambiental de preservação ecológica em nosso planeta.

Como se sabe, a Organização das Nações Unidas tem a ela vinculados vários órgãos. Na área de saúde, a OMS; na área de educação e cultura, a UNESCO – aqui está presente o Senador João Calmon, que foi e é o Embaixador Honorário da UNESCO em nosso País; na área da criança, o UNICEF; na área de política demográfica, o PNUD, que trata, obviamente, de população em desenvolvimento; e assim por diante.

A ONU, que tem tantas instituições para tratar de problemas específicos, não pode deixar de criar uma instituição, de caráter ecumênico, como são suas atividades, que cogite de política ambiental e, consequentemente, dessas questões relativas ao desenvolvimento equilibrado do meio ambiente.

O Embaixador Carlos Garcia, com muita propriedade, chamou a atenção para o fato de que a Rio-92, como assim foi denominada ao final a ECO, tomou outras decisões importantes, e nelas já se nota progresso – a criação do Conselho de Desenvolvimento Sustentável (CDS), órgão da ONU que vai apreciar todos os temas incluídos na chamada Agenda 21, que constitui o grande temário da ECO-92, e o estabelecimento de uma instituição – Global En-

vironment Facility –, chamada GEF, que terá inclusive o objetivo de estabelecer linha de crédito para financiamento dos projetos ambientais cobertos pelas Convenções a que me referi – a Convenção sobre Alterações no Clima e a Convenção sobre a Biodiversidade – e sobre outros itens da chamada Agenda 21.

Será que não é esse o momento para que se pense em fazer gestões para que o Brasil venha a sediar essa organização, já que o nosso País não abriga nenhuma outra organização da ONU e ainda não é, embora já merecesse sé-lo, membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas?

Então, Sr. Presidente, sem mais delongas, gostaria de chamar a atenção para este fato, sobretudo no momento em que estamos preocupados com a questão da biodiversidade de modo especial. Acredito que o Brasil é o maior santuário do mundo no campo da biodiversidade, e tudo que a ela diga respeito é algo que interessa diretamente ao Brasil.

Certa feita, Terêncio disse que nada do que era humano lhe era estranho. Eu poderia dizer, parafraseando Terêncio, que nada do que diz respeito à biodiversidade pode ser estranho ao Brasil, nós que temos uma fauna e uma flora riquíssimas, cujo estudo e conhecimento ainda adequadamente se realizam.

Assim, já que temos um papel tão grande e significativo nessa área, não podemos, de modo algum, deixar de apresentar esse pleito junto à Organização das Nações Unidas e, de alguma forma, trabalhar no sentido da sua efetivação, porque temos, além do precedente da realização da ECO-92, que foi a primeira – não vou me referir à Conferência de Estocolmo, que se realizou há vinte e dois anos, porque não teve o caráter tão abrangente que teve a ECO-92, realizada em junho de 92 no Brasil – grande e ecumênica, diga-se, não somente uma liderança política no terreno dessa matéria, pela própria natureza de nação-continente que somos. Aqui, pode-se constituir em um grande laboratório de estudos relativos a biodiversidade. E como, na questão ecológica, os problemas relativos à biodiversidade e a clima são muito presentes, tenho a impressão que esse pleito contém extrema legitimidade.

Por isso, Sr. Presidente, encerro as minhas palavras, fazendo um apelo ao Governo brasileiro, e de modo especial ao Ministério de Relações Exteriores, dirigido pelo Embaixador Celso Amorim, que conhece, como poucos, esses temas, para que dê prioridade a gestões junto à Organização das Nações Unidas, junto, naturalmente, à Secretaria-Geral do Órgão, para que o Brasil, ao final, possa sediar, como de direito, o organismo que venha a surgir para tratar das questões relativas à ecologia e ao meio ambiente.

Acredito que, em assim fazendo, estaremos também cumprindo aquilo que o povo brasileiro tanto deseja: chegarmos a um desenvolvimento em que essa palavra seja entendida em sua inteira acepção; desenvolvimento não apenas como crescimento econômico, como mera expansão de bens materiais, mas um desenvolvimento equilibrado, orgânico, um desenvolvimento onde todos e cada um se realizem integralmente.

Sr. Presidente, são estas as minhas palavras e é este o meu apelo que, tenho certeza, é também do Congresso Nacional e, de modo especial, desta Casa, que tão ativamente participou da ECO-92 e que tem sido tão presente na análise e discussão dos tratados e convenções que dizem respeito ao tema.

Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO:

O GLOBO
EMPRESA JORNALÍSTICA BRASILEIRA LTDA

01/05/94

Rio-92: melhor do que se pensa

CARLOS M. GARCIA

Dois tratados internacionais assinados no Rio de Janeiro em junho de 92, durante a Rio-92, completaram as exigências para sua entrada em vigor — a Convenção sobre Alterações no Clima e a Convenção sobre a Biodiversidade. Esta é uma boa notícia e deve ser saudada como o resultado de um grande esforço da comunidade internacional em favor do meio ambiente. E o prazo em que foi conseguido, quando se tem em conta a complexidade do processo de ratificação por mais de 50 países, número necessário para o início da vigência, é relativamente curto.

Em primeiro lugar, foi necessária a tradução oficial, processo demorado porque deve ser extremamente cuidadoso. O que vai valer nos tribunais brasileiros, por exemplo, é a tradução aprovada pelo Congresso, com força de lei. Não pode, por isso, deixar de conter todas as nuances e precisões das versões originais, em inglês, francês, espanhol, russo, árabe e chinês. A seguir, o tratado é enviado ao Congresso Nacional, onde é apreciado em diferentes comissões das duas Casas e finalmente levado a voto no plenário. A agenda legislativa é sempre pesada, não só no Brasil, e a tramitação normal se alonga, até mesmo para que todos os interessados tenham tempo e oportunidade para se manifestar antes da decisão do Congresso, que é a definitiva e irrevogável.

A Rio-92 tomou duas outras decisões importantes, onde também já se nota progresso: a criação do Conselho do Desenvolvimento Sustentável (CDS), órgão da ONU que vai apreciar todos os temas incluídos na Agenda 21, e o estabelecimento da Global Environment Facility (GEF), linha de crédito para financiamento dos projetos ambientais cobertos pelas duas convenções e pela Agenda 21.

O Conselho de Desenvolvi-

mento Sustentável reúne-se em maio próximo, em Nova York, com uma pauta densa para sua primeira reunião operacional (a do ano passado foi mais dedicada a temas de sua própria organização e funcionamento).

Já o funcionamento da GEF tem sido objeto de discussões demoradas, que se explicam pelo volume de recursos que seriam administrados pelo Banco Mundial, Pnud e Pnuma, mais de dois bilhões de dólares. Sua estrutura decisória e seus procedimentos operacionais devem ser muito claros, para que inspirem a confiança tanto dos doadores quanto dos receptores de fundos. Em dezembro passado foi exami-

nos, vem apresentando bons resultados. Digo contraproducente porque a Rio-92 teve seu resultado mais importante e duradouro na difusão por toda a sociedade, no Brasil e em tantos outros países, do novo conceito de cuidado com o ambiente, da noção de que nossa geração não pode usar indiscriminadamente recursos necessários à vida próspera e saudável de nossos filhos. Fazer agora, ao dizer que foi tudo em vão, o trabalho contrário, de desmobilização, é que seria danoso.

Claro que esta atitude razoável não pode nos impedir de fazer cobranças — muito pelo contrário. Devemos insistir, sempre, na urgência e na relevância, para todos os países, de que a Terra seja no século XXI um ambiente mais saudável. Temos de continuar a exigir que o desenvolvimento não se faça às custas da deterioração ambiental. E devemos continuar a proclamar que os investimentos na proteção ambiental ajudam, e não prejudicam, o desenvolvimento econômico. Ao reconhecer o sucesso da Rio-92, estaremos ajudando a manter mobilizada a opinião mundial em defesa do desenvolvimento sustentável.

E poderemos retomar um tema que ficou esquecido no turbulento período imediatamente após a conferência: o desejo do Brasil de sediar um organismo das Nações Unidas ligado à apreciação e financiamento dos projetos ambientais de porte internacional. O sucesso da organização da conferência mais que justificaria, no dizer de muitas delegações presentes, a aceitação do convite feito pelo Brasil para que a sede do novo organismo se instalasse no Rio de Janeiro.

É hora de retomar esta reivindicação e fazer do Rio a sede permanente da ecologia mundial.

Carlos M. Garcia presidiu o grupo de trabalho que organizou a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

**■ É hora de
fazer do Rio
a sede
permanente
da ecologia
mundial ■**

nado um relatório de auditoria que analisou seu funcionamento inicial e os países desenvolvidos e em desenvolvimento devem voltar a se reunir antes da reunião de maio do CDS para estabelecer uma proposta comum.

Há, portanto, progresso no pós-Rio-92. Alguns postulavam de que fosse mais rápido, instantâneo até, dada a gravidade dos temas tratados naquela conferência e a urgência de providências saneadoras de danos ambientais. A demora pode causar prejuízos irreversíveis.

Mas seria pouco razoável, e até mesmo contraproducente, duvidar do sucesso de uma conferência que, em menos de dois

(À Comissão Diretora)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Iram Saraiva.

O SR. IRAM SARAIVA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o **Diário Oficial da União** de hoje, 24 de junho de 1994, traz a aposentadoria do Ministro do Tribunal de Contas da União Luciano Brandão Alves de Souza.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para, em algumas palavras, dizer da brilhante atuação desse homem público, responsável pelas contas brasileiras, enquanto prestou serviço ao nosso País.

Luciano Brandão entrou para o Tribunal de Contas da União, designado pelo Presidente Ernesto Geisel, em novembro de 1977. Naquela Corte fez um trabalho que dignifica e engradece cada vez mais, não só o Tribunal, mas, sobretudo, aqueles que se preocupam em realmente fazer com que os dinheiros públicos sejam resguardados, defendidos. E o Ministro Luciano Brandão não teve outra atitude naquela Casa a não ser a de defender, com unhas e dentes, com uma grandeza de caráter inigualável, esses corolários.

E o interessante, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que o Ministro Luciano Brandão é também egresso do Congresso Nacional. Durante muito tempo serviu como Diretor-Geral da Câmara dos Deputados. Além disso, Senador Marco Maciel – V. Ex^a é testemunha –, passou também pela Câmara dos Deputados como Engenheiro, Assessor da Comissão de Transportes e Comunicações e membro do grupo de trabalho incumbido da transferência daquela Casa para esta Capital, tendo sido, portanto, também um pioneiro de Brasília. E – o que é mais importante –, num momento histórico da vida nacional, quando muitos contestavam a vinda da administração federal para o Centro-Oeste, ali estava Luciano Brandão, já plantado numa causa digna deste País.

O Sr. Marco Maciel – V. Ex^a me concede um aparte, nobre Senador?

O SR. IRAM SARAIVA – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel – Senador Iram Saraiva, permita-me, por alguns instantes, interromper o pronunciamento de V. Ex^a, que tem tido uma atuação tão destacada nesta Casa, inclusive recentemente, entre as muitas funções que exerce, presidindo a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Desejo, neste momento em que V. Ex^a exalta a personalidade do Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, dizer que subscrevo integralmente as palavras que V. Ex^a profere a respeito do ilustre Ministro do Tribunal de Contas da União, que aposentou-se das relevantes funções que exercia naquele Colegiado. Considero o Ministro Luciano Brandão um modelo de servidor, um modelo de homem público, graças não somente à sua probidade, à seriedade com que se desincumbiu nas diferentes funções, mas sobretudo em função da sua reconhecida competência. Poucas pessoas conseguem aliar tão bem essas duas qualidades quanto o Ministro Luciano Brandão Alves de Souza. Em todas as funções que exerceu – inclusive posso dar testemunho, porque S. Ex^a foi, durante muitos anos, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados, tendo eu tido a oportunidade e a honra de presidir aquela Casa durante todo o período em que o Ministro Luciano Brandão lá desempenhou suas funções – se houve com raro descortino, espírito público, seriedade, competência, capacidade administrativa, zelo pela coisa pública, sem perder – o que é uma característica sua – a lhanura no trato, uma certa cordura no relacionamento humano; isso ajuda a explicar por que desfruta de um excelente conjunto de amigos, de um ótimo relacionamento em todo o País, de modo especial, em Brasília, para a qual se transferiu com a mudança da capital para esta cidade. E V. Ex^a

chama a nossa atenção para um fato que é muito significativo na vida do Ministro Luciano Brandão, a ocasião em que, com a transferência da capital, o Congresso Nacional teve também que se deslocar para esta cidade, tendo S. Ex^a praticamente liderado todo esse processo; além de funcionário da Câmara, era também um engenheiro muito reputado, que integrava, com ativa participação, o Clube de Engenharia, no Rio de Janeiro, tendo para aqui se deslocado e coordenado as operações relativas à mudança da capital, com notável desempenho. Posteriormente, foi convidado pelo Presidente Ernesto Geisel para o Tribunal de Contas da União, onde realizou um trabalho merecedor dos maiores encômios. Tanto isso é verdade que as funções extremamente difíceis no Tribunal de Contas, sobretudo em relação a alguns processos mais delicados, eram a S. Ex^a cometidas. Ainda recentemente, aqui comentamos uma análise que fez das contas do Governo relativas ao ano passado, de modo especial, no que se referia à aplicação de recursos do Ministério da Educação, quando gizou, salientou, destacou a importância de melhor alocação dos recursos daquele Ministério para o ensino fundamental. Exerceu a Presidência do Tribunal de Contas, tendo sido também, durante muito tempo, o seu Decano, o Ministro mais antigo – Ministro Sênior, como hoje é chamado –, sendo uma pessoa a quem todos recorriam, procurando-o para colher idéias, orientações, até mesmo para fazer consultas. Era comum ministros de Estado, autoridades governamentais, parlamentares, irem muitas vezes ao Tribunal de Contas simplesmente para se aconselhar com o Ministro Luciano Brandão, para saber de S. Ex^a a melhor orientação que deveriam adotar em função dos julgados daquela Corte de Contas. Dessa forma, como amigo do Ministro Luciano Brandão, mas, sobretudo, admirando as suas qualidades, não poderia me calar neste momento em que V. Ex^a exalta o papel que S. Ex^a exerceu no Tribunal de Contas da União. Por isso, louvo o gesto de V. Ex^a em vir aqui situar o perfil de S. Ex^a, fazendo votos para que ele, certamente, venha a exercer funções outras na administração pública federal. Nós somos um País carente de bons quadros, de quadros habilitados, e não podemos deixar de contar com a participação de homens como o Ministro Luciano Brandão, que ainda tem muito a dar ao País, às suas instituições e, de modo especial, ao setor público federal – área que conhece e domina como poucos. Meus cumprimentos à iniciativa de V. Ex^a – que muito honra esta Casa e consolida o conceito que V. Ex^a desfruta – em registrar nos Anais do Senado a aposentadoria do Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, publicada no **Diário Oficial da União** do dia de hoje.

O SR. IRAM SARAIVA – Senador Marco Maciel, V. Ex^a, além de um homem versado em muitas atividades – e como parlamentar tem demonstrado um brilhantismo incomparável –, também é um grande homem, que, com o pincel do cérebro, consegue retratar, de forma irretocável, as merecidas colocações que faz com relação ao Ministro Luciano Brandão.

Eu não teria mais o que colocar, porque V. Ex^a praticamente o fez com maestria. Aliás, assim como Midas, tudo em que V. Ex^a coloca as mãos vira ouro.

V. Ex^a colocou muito bem, o Ministro Luciano Brandão – brilhante bacharel em Ciências e Letras – nas funções que desempenhou no Tribunal de Contas da União, na Câmara dos Deputados, no DNER – como engenheiro que sempre foi – mereceu o elogio de ministros, de presidentes da República, enfim, de todas as autoridades brasileiras. Aliás, V. Ex^a se recorda que o Presidente Itamar Franco convidou-o duas vezes para ser Ministro dos Transportes.

O Sr. Marco Maciel – É verdade. E S. Ex^a não pôde aceitar porque se encontrava integralmente dedicado às atividades do Tri-

bral de Contas. Mas, se tivesse podido aceitar, teria sido um excelente Ministro dos Transportes, já que, como engenheiro e conhecedor dos grandes problemas nacionais, teria oferecido uma boa contribuição e imprimido linhas muito objetivas e sensatas às atividades do setor dos transportes, bem como às atividades interligadas a esse setor.

O SR. IRAM SARAIVA – É uma verdade.

V. Ex^a fez também alusão ao último parecer do Ministro Luciano Brandão no Tribunal da Contas de União, quando S. Ex^a faz um retrato do País, descendo a detalhes, sendo muito preciso no que se refere ao setor rodoviário. S. Ex^a deixa claro qual a forma que o Brasil deve utilizar para enfrentar esse problema, como fez em relação à Saúde, à Educação. Esse seu último trabalho dentro do Tribunal de Contas da União merece ser lido por todos nós parlamentares, pela Nação brasileira, porque foi profundo. S. Ex^a buscou não a análise do juiz crítico, no sentido acre, mas do juiz preocupado em, realmente, fazer com que, no momento em que prolatasse, os meandros de todas as auditorias, de todos os levantamentos fossem elucidados, a fim de que, realmente, a Nação tomasse conhecimento da situação e não perdesse o trem da história.

Luciano Brandão é esse timoneiro. É esse homem que veio do Rio para cá, auxiliou Brasília a crescer, um homem de grande retidão como Ministro, como V. Ex^a delineou, e que deixa uma lacuna no Tribunal de Contas da União, queiramos ou não. A sua aposentadoria surge de uma forma quase que natural – é lógico! –, mas, tenho certeza absoluta como V. Ex^a e esta Casa, que ele ainda ocupará postos importantes nesta Nação.

Ele é um grande conselheiro. Ele é um homem que a Nação precisa. Os seus exemplos haverão de ser seguidos no Parlamento. Sabemos que a Corte de Contas é um órgão auxiliar do Poder Legislativo e S. Ex^a continuará entre nós, participando, dando seus conselhos, pela larga experiência que adquiriu.

Hoje, no momento em que reverencio essa figura nacional, lamento sua aposentadoria. Por outro lado, tenho certeza absoluta que o Governo brasileiro, as instituições, ainda o chamarão para muitas e muitas tarefas, porque o Brasil precisa de homens dessa estatura e desse peso.

O Sr. José Richa – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. IRAM SARAIVA – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. José Richa – Senador Iram Saraiva, cumprimento-o pelo brilhantismo com que V. Ex^a registra a aposentadoria do Ministro Luciano Brandão e a perda que significará para a função pública. Todas as suas passagens pelos diversos órgãos públicos sempre foram exaltadas, reconhecidas e marcadas pela competência, pelo espírito público e extrema dedicação, qualidades que todos sabemos que possui. Entretanto, mais que um profissional brilhante, S. Ex^a é uma figura humana extraordinária que cativava – e cativa até hoje – todos aqueles que o conhecem. A amizade entre homens públicos é uma coisa até um pouco complicada, porque pode levar, muitas vezes, cada um de nós a negligenciar o dever em função da amizade, colocando, portanto, a emoção acima da razão. Menos com Luciano Brandão; S. Ex^a nunca transigiu no cumprimento do dever.

O SR. IRAM SARAIVA – Sabia dasar.

O Sr. José Richa – Sempre foi um homem público, mas sabia separar, de forma elegante, sem ferir, a amizade do dever, fazendo o amigo compreender que o dever estava acima até mesmo da própria amizade. São essas qualidades que sempre nos acostumamos, ao longo dos anos, a admirar no Ministro Luciano Brandão. Portanto, o Tribunal de Contas da União perde uma grande figura; a função pública também, já que S. Ex^a não exerceu apenas

o cargo de Ministro do Tribunal de Contas, mas diversos outros cargos públicos. Mas, por outro lado, como tudo indica que V. Ex^a há de ser o indicado para ocupar essa vaga, nós todos vamos colaborar para que isso aconteça, e acredito eu que a função pública, e, no caso, o Tribunal de Contas, perde uma grande figura, de um lado, mas, de outro, ganha uma grande figura de espírito público: V. Ex^a. Então, que esse duplo acontecimento sirva como exemplo para as novas gerações e, sobretudo, àqueles que, fascinados pela vida pública, nela ingressam agora, que se espelhem em exemplos como os de Luciano Brandão e de V. Ex^a, grande homem público, que honra não só as tradições de Goiás, mas do Brasil.

O SR. IRAM SARAIVA – Agradeço as suas palavras, Senador José Richa.

Com relação ao Ministro Luciano Brandão, não há reparos, e V. Ex^a coloca com muita clareza: é uma figura que consegui colocar os pés na História ainda vivo. Luciano Brandão é uma figura que o Brasil tem que reverenciar. Quando vivemos aqueles dias difíceis da CPI do Orçamento, Senador José Richa, homens como Luciano Brandão, do Tribunal de Contas da União, lá estava dando toda a cobertura ao Congresso Nacional; ajudando nas dificuldades que o próprio TCU, como Corte, vem enfrentando, como a falta de recursos, precisando, cada vez mais, melhorar seus quadros para poder dar ao Congresso Nacional os instrumentos inibidores do desaparecimento do dinheiro público, como vem acontecendo.

As palavras a mim dirigidas são as de um amigo. Sei que V. Ex^a apenas me estimula. Caso seja o desejo desta Casa – e agradeço a indicação dos Líderes –, procurarei espelhar-me na figura de Luciano Brandão, nunca o substituir, pois S. Ex^a é insubstituível. Mas procurarei utilizar os ensinamentos de Luciano Brandão e os dos Senadores desta Casa, como V. Ex^a e os nossos demais Pares. Apesar das grandes dificuldades, das vicissitudes hoje vivenciadas no desempenho das várias funções públicas, tenho certeza absoluta de que ainda podemos crer e encontrar soluções para este País.

Homenageei Luciano Brandão exatamente por ser homem simples, aquela figura que jamais nega um conselho, que nunca colocou o cargo acima do que ele realmente representa. S. Ex^a poderia, perfeitamente, como Ministro, como ex-Diretor da Câmara dos Deputados, como Engenheiro do DNER, ter-se utilizado desses cargos, mas nunca o fez. É um homem simples, de trato tão comum, tão fácil, que qualquer pessoa do povo chega até S. Ex^a, um conselheiro.

Tenho certeza absoluta que Luciano Brandão, que hoje se aposenta do Tribunal de Contas da União, marcou na História a sua passagem. S. Ex^a disse ao Brasil que é possível. Sendo este País viável, é necessário que todos os homens de bem espelhem-se nele para que, a partir daí, tenhamos reflexos positivos de desenvolvimento e crescimento.

Portanto, Sr. Presidente, Senador José Eduardo, que hoje nos honra na Presidência desta sessão, deixo as minhas homenagens ao Ministro Luciano Brandão, dedicando-lhe o meu carinho, o meu respeito – e digo da grande felicidade de poder conhecê-lo, ter estudado sua vida, o seu passado e, sobretudo, aproveito para ressaltar seu último parecer proferido, de grande profundidade, em que analisa os aspectos das contas do Governo e dos Poderes da União sem a preocupação do desgaste de qualquer autoridade. S. Ex^a fez críticas. Apresentou seu parecer, aprovou as contas e, no entanto, colocou o dedo nas principais feridas. S. Ex^a se preocupou com a saúde, com a educação e, mais ainda, com as contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço desaparecidas. São denúncias sérias, feitas com muita seriedade, procurando, Senador José Richa, não se utilizar disso para fazer mera propaganda de

sua pessoa. A imprensa divulgou sem que houvesse, da parte de S. Ex^a, qualquer alarido, pois Luciano Brandão, ao denunciar, o fez pensando no Brasil, e não em se promover.

Por essas razões, trago aqui minhas homenagens ao Ministro Luciano Brandão. Espero que Deus o coloque em um novo posto neste País para que S. Ex^a continue, com a sua grandeza de espírito, com sua simplicidade, com seu grande caráter e sua cultura, prestando relevantes serviços ao Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, retorno do meu longínquo Estado de Rondônia, onde percorri todos os municípios para manter um contato direto com seus cidadãos e, sobretudo, com lideranças partidárias.

Retorno, Sr. Presidente, por um lado satisfeito, ao ver o progresso e o desenvolvimento que se operam nos mais distantes pâramos do Estado de Rondônia, onde a terra fértil gratifica o produtor após a semeadura do grão e a colheita do produto. Contudo, o que mais me sensibilizou, o que mais me preocupou é o profundo abandono de brasileiros vindos de todos os recantos deste País, que lá assentaram os fundamentos de uma nova civilização, que lá fixaram raízes profundas adotando o solo rondoniense como a terra da promissão.

Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, é lamentável a ausência de serviços essenciais à sustentação da vida dos novos rondonienses. A situação do setor educacional é lamentável. O filho do agricultor, sobremodo, não tem escola. O setor de saúde se encontra em uma situação crítica: não há postos médicos, não há assistência médico-hospitalar, não há, sequer, recursos essenciais à prevenção de um primeiro momento, ainda mais para salvar a vida daqueles que são assaltados por qualquer doença ou epidemia, como a malária, tão cruel e impiedosa, naquela região.

Todavia, o maior calvário para o agricultor é a falta de estrada para o escoamento da produção. Não falo da energia – sua falta, no Estado de Rondônia, é um caso de calamidade pública. Há cidades em que a população se revolta a cada dia por não ter energia nem para assistir aos jogos do Brasil. Recentemente, por ocasião do último jogo do Brasil, no dia 20 p.p., a população de Pimenta Bueno tomada de indignação, cometeu atos de vandalismos – sempre reprováveis –, mas de qualquer sorte compreensíveis, se atentarmos para as circunstâncias peculiares em que vive a mesma. Não é possível, por exemplo, que cidades como Pimenta Bueno, Presidente Médici e Ji-Paraná não tenham mais do que duas horas de energia elétrica por dia. É claro que isso causa danos irreparáveis à vida da população. No setor de saúde, por exemplo, em meio a uma operação de emergência, faltando energia elétrica, pode ocorrer risco de vida do paciente.

Se não bastasse esses pontos que são mais estrepitosos, o que acontece ainda no Estado de Rondônia é o absoluto abandono do Governo Federal no que tange ao financiamento da produção rural.

Felizmente, Sr. Presidente, após uma série de gestões deste Senador e do ex-Prefeito de Rolim de Moura, Valdir Raupp, que comigo esteve junto ao Presidente do Banco do Brasil, na semana que passou, este, atentando para a situação irrespondível, num esforço excepcional, houve por bem colocar à disposição da Superintendência do Banco do Brasil, de Porto Velho, a quantia inicial de quatrocentos milhões de cruzeiros reais, para aquisição da safra de feijão, que estava sendo vendida a menos de 50% do preço mínimo.

Esse recurso ainda não remunera a mão-de-obra empregada na produção, mas, de qualquer sorte, minimiza a situação especial e perversa a que está condenado o agricultor do Estado de Rondônia desde a malsinada decisão da então Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. A Ministra, na época, entendeu de suspender todos os recursos federais para o financiamento das safras e aquisição dos produtos no Estado de Rondônia.

A partir daí, nenhum empréstimo do Governo federal – EGF, foi colocado à disposição do produtor do Estado de Rondônia; nenhuma aquisição do Governo federal – AGF, foi realizada através do Banco do Brasil.

Parabenizo, portanto, a iniciativa recente, imediata e eficiente do Presidente do Banco do Brasil, Dr. Alcir Calliari, juntamente com a Diretoria de Crédito Agrícola, que inicia o processo de aquisição dos produtos, pelo menos garantindo o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal. Não há dúvidas de que 24,8 dólares por saca de feijão é insuficiente, mas é melhor do que Cr\$ 25.000,00, preço que estava sendo pago por saca, até a semana passada.

Sr. Presidente, percebe-se todas as dificuldades, o descaso, o abandono, o desprezo sofridos por aqueles brasileiros que estão fazendo um novo compartimento do Brasil naqueles pâramos distantes do Estado de Rondônia, hostis pela própria natureza exuberante. E o homem frágil e submisso contempla as imensidades e toda a sorte de adversidades com a determinação do trabalho. E assim agindo, vai domando terras bravias, domesticando a floresta e lançando aí a esperança de dias melhores.

Falta muito pouco, Sr. Presidente, para que essa gente possa andar autonomamente; falta pouco, se contarmos com o apoio Federal e com a obediência à Lei Complementar nº 41, que expressamente previa a obrigação do Governo Federal de dotar o meu Estado de infra-estrutura básica. Essa dívida a União não saldou. Mas o território do Estado de Rondônia recebeu dois milhões de brasileiros, que desafogaram focos de tensão social do Centro-Sul e do Nordeste e ali estão produzindo, contra tudo e contra todos. Ali, encontraram a terra de Canaã.

Portanto, eles estão solicitando pouco, pleiteando quase nada para dar continuidade a um processo de ocupação da imensidão do vazio amazônico. É a terra sem braços para trabalhar que recebe essa gente sem terra e com braços para o trabalho. É esse encontro feliz do que nada tinha e começa a ter e produzir para a felicidade da sua família e dos seus sucessores. É essa gente que conquistou a liberdade de um trato de terra como um título de alforria, porque trabalha no que é seu, sem patrão. E trabalha com devoção porque acredita no Brasil, porque acredita na afirmação da soberania nacional naquela imensidão amazônica.

É por essa gente, Sr. Presidente, que eu volto a concorrer a um mandato de Senador. Nada me estimularia, se não fosse o apelo permanente desses brasileiros perdidos no universo amazônico, sem referências, sem vozes e sem ter a quem apelar.

Esses contatos renovam-me, devolvem-me a energia perdida. E eu volto ao Senado da República. E deveria estar aqui tratando de questões de interesse da Nação. Mas não posso me furtar, em momento algum, de trazer a voz daqueles que estão no silêncio absoluto dos séculos – porque a Amazônia sempre foi esquecida – e de dizer alto, desta tribuna maior do Congresso brasileiro, que a gente de Rondônia quer fazer o Brasil crescer e expandir as suas fronteiras agrícolas; que a gente do Estado de Rondônia faz um apelo veemente para que o Governo Federal se sensibilize e tome medidas como a do financiamento e aquisição da safra de feijão.

O que se quer é o justo pagamento ao fruto do trabalho. Não se pedem favores, Sr. Presidente. Pede-se a execução de obrigações.

gações federais assumidas na Lei Complementar nº 41, já caída em desuso.

O Sr. Jutahy Magalhães – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. AMIR LANDO – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Jutahy Magalhães – Senador Amir Lando, vejo com satisfação o desejo de V. Ex^a, natural e necessário, de retornar a esta Casa. É preciso que este Congresso tenha no seu seio não só pessoas honradas e dignas, com cultura e conhecimento das questões brasileiras e do seu Estado, mas também aqueles que acreditam na validade do Congresso. Admiramos pessoas como V. Ex^a, que, num dia como hoje em que a freqüência é baixa, acreditam que estão fazendo alguma coisa de útil neste Senado. V. Ex^a não vem para cá dizendo que não quer mais contato com o Senado porque nada se faz de útil e não quer perder tempo com inutilidades. Acredito que, mesmo quando defendemos sozinhos uma causa, estamos procurando fazer alguma coisa de útil. Criticar e ausentar-se é a pior das soluções. Muitas vezes ouço críticas, aqui no Senado, mas não ouço o desejo de apresentar a solução. Há quem critique, por exemplo, o fato de o voto e a sessão terem sido secretos na cassação do mandato de um Parlamentar, mas não se votam propostas de modificação à Constituição, e uma delas é minha.

O SR. AMIR LANDO – E parabenizo V. Ex^a, porque a transparência é essencial.

O Sr. Jutahy Magalhães – É de minha autoria a simples modificação do Regimento no que concerne à abertura da sessão; no entanto, ficam a criticar. Hoje, lendo os jornais, verifiquei o Sr. Governador do Ceará dizer que "este é o local dos canalhas". Sr. Senador, estou deixando esta Casa e falo com a tranquilidade de quem está saindo. Depois de 36 anos de mandatos consecutivos, retiro-me defendendo, até o último instante, o meu direito – creio tê-lo – de lutar por aquilo que acredito. Sei que muitas vezes lutamos e não conseguimos a vitória. Mas é importante que cada um, dentro de si, lute por aquilo que acredita, ao invés de declarar à imprensa que não mais virá a esta Casa porque aqui só se faz coisas inúteis. Este não é o papel de quem quer que essa instituição seja engrandecida. Lamento a generalidade com que se tratam essas questões no Brasil, quando se referem aos Parlamentares como canalhas. Há muita gente de bem nesta Casa, há muita gente de bem na Câmara e, no entanto, não preciso de bola de cristal para dizer que teremos uma renovação no Congresso, talvez acima de 70%. Será que esta renovação vai ser para melhor? Será que muitos daqueles que poderiam dar a sua contribuição ao Congresso Nacional não querem se apresentar como candidatos para evitar que caia esta instituição no lamaçal em que desejam transformá-la? No seu pronunciamento, que acompanhamos com interesse, Sr. Senador, V. Ex^a aborda um assunto do seu Estado e que não é só dele, mas do Brasil inteiro, que tem as mesmas dificuldades. Lá, no que se refere à questão de energia, o problema é maior. Mas V. Ex^a está defendendo uma causa, um interesse: se, muitas vezes, o Executivo fica surdo para o que aqui se faz, para o que aqui se fala e para o que aqui se propõe, isso não pode ser motivo para que se desista de lutar por aquilo que se acredita. Quero, então, parabenizar V. Ex^a porque, num dia como o de hoje, com o seu entusiasmo e com a sua competência, V. Ex^a está mostrando que, nesta Casa, se pode fazer algo de útil e conquistar-se vitórias; em muitas ocasiões, inclusive, temos a alegria de divulgá-las para os nossos amigos. Muito obrigado.

O SR. AMIR LANDO – Nobre Senador Jutahy Magalhães, neste momento, eu poderia dizer que estou dividido e, como Goethe, que "tenho dentro de mim duas forças: uma, que aos ares me eleva; e a outra, que a terra me agrilhoa".

A terra, para mim, é esse vínculo profundo que tenho com o Estado de Rondônia, um Estado difícil e problemático, cuja representação não honrou o povo trabalhador; mas é um vínculo profundo.

O outro apelo é esse que aos ares me eleva para os grandes problemas nacionais. Eu não me poderia calar. Mudo todo o meu discurso, como se iniciasse outro, aproveitando a deixa do inteligente e brilhante aparte de V. Ex^a, como sói acontecer: sempre me mirei em V. Ex^a como aquele Senador sério e dedicado à causa do Legislativo. O exemplo de V. Ex^a foi edificando o emblema deste Senado. Veja V. Ex^a que estamos exatamente no período eleitoral: os candidatos, não satisfeitos com os seus próprios méritos, generalizam a conduta dos Parlamentares. Este Congresso tem diferenças. Temos 503 Deputados e 81 Senadores. Cada qual é uma individualidade à parte, com uma história, uma tradição e uma ação política diferente. Mas, de repente, todos são canalhas! Será que não é uma canalhice falarem assim do Congresso Nacional? Trata-se de uma canalhice oportunista de quem o diz, por querer ocupar um espaço na mídia. É fácil atirar pedras ao vento, sem objetivo, ofendendo a reputação dos Parlamentares como um todo. Será que, quando se fala que não mais se comparece a esta Casa, não se está investindo também numa hipérbole de hipocrisia?

Tenho moral para dizer que investiguei seriamente um processo de privatização e não encontrei a parceria desses que hoje se dizem os paladinos da moral pública, uma vez que esta Nação teve um prejuízo superior a 20 bilhões de dólares. E todos se calam! *Ubi sumus!* Não posso concordar com esta forma de acusação. Devo dizer que aqui estive presente na grande maioria das vezes; ausentava-me somente quando estava preparando o relatório da CPI da privatização. Não encontrei ninguém disponível que pudesse me auxiliar nessa tarefa, nem mesmo a assessoria da Casa:

Ali estava uma questão a ser desafiada pelo Congresso brasileiro, pela Nação inteira, porque ninguém quis investigá-la. Os paladinos da moral pública não auxiliaram nessa causa, mas têm a ousadia de criticar!

Sr. Presidente, investiguei seriamente o esquema PC. E se eu fizesse as contas do que me foi dado a investigar, os valores não passariam de 300 milhões de dólares, o que é muito, o que é imenso, quando se trata de lesão do dinheiro público. Todavia, quando o assunto é o processo de privatização, que é tocado pela mídia com o apoio geral, não do povo, porque o povo está distante, mas das elites que comandam o processo de formação pública, tudo é silêncio, tudo é cumplicidade, tudo é omissão.

Sr. Presidente, não outorgo a ninguém o direito a uma acusação tão generalizada, porque este Congresso atua, como o fez na investigação séria no esquema PC e no Orçamento, algo sério e duradouro. Mas o que se verificou é que, ao invés de falarem os fatos, falaram os integrantes da Comissão. Fez-se um imenso estrépito neste País, um estrépito acalorado e sentimental que deixou a objetividade concreta da investigação.

Investigar é uma tarefa difícil, Sr. Presidente; é preciso competência, é preciso um esforço hercúleo, é preciso que se olhe no silêncio da solidão de quem investiga a realidade e não que se deite a fazer falação como ocorreu na CPI do Orçamento onde houve conversa demais e faltou um pouco de trabalho. Este é o meu conceito, é exatamente o que depreendi de tudo que li e a que assisti. Nada falei, mantive-me no silêncio; mas realmente era preciso investigar mais e falar menos, porque o silêncio é o grande aliado do investigador.

Mas é isto, Sr. Presidente, ao que assistimos: a uma necessidade, em razão da indignação da sociedade brasileira, de oferecer

vítimas para saciar a ira do povo brasileiro. As civilizações antigas ofereciam jovens para saciar a ira dos deuses. Não eram os deuses que estavam raivosos, mas o povo daqueles recantos do mundo. Tratava-se exatamente dessa ira e dessa indignação social.

O que se pretende, dado qualquer insucesso, para eximir-se da responsabilidade, é entregar vítimas. Quanto mais inocentes, maior será a satisfação. Não é esse o caminho, Sr. Presidente; o caminho é o da responsabilidade: cada um assumir o papel que lhe compete.

Estive ausente da sessão, porque havia assumido compromissos. Nesta Casa permaneci, diuturnamente, trabalhando em várias comissões de inquérito, inclusive na da Privatização; nesta Casa permaneci durante todo o processo de Revisão Constitucional, em relação à qual declarei – contra orientação do meu Partido – que estava eu entre os que acreditavam que essa não era hora apropriada para Revisão.

Estou profundamente satisfeito por isso, mas não sei se o mesmo ocorre com a população do Estado de Rondônia, com a qual não tenho veículo de comunicação e diálogo a não ser a tarefa de percorrer quilômetros e quilômetros para reencontrar velhos amigos, companheiros de esperança e sobretudo dessa grande empreita de moralizar o País.

Lá estive, Sr. Presidente, dirigindo o meu próprio carro, sem *mise-en-scène*, sem *entourage*, mas com minha face limpa a contemplar aqueles trabalhadores do Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Amir Lando, o Sr. José Eduardo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Meira Filho.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Mariz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Bacelar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB – BA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, depois da intensa propaganda em torno do Plano Real, qualquer balanço desapaixonado concluirá que existem fundadas razões para se temer pela sorte do programa econômico. A introdução da Unidade Real de Valor, o novo indexador que marca a transição de uma moeda para outra, não tranqüilizou a economia. Sua vigência foi precedida e sucedida de uma frenética remarcação de preços, denotando um alto grau de desconfiança dos agentes econômicos e da sociedade em geral no programa econômico posto em prática pelo Governo.

Tivemos, então, a repetição de um fato que se tornou monótono no Brasil: todo programa econômico sempre reserva perdas substanciais para os trabalhadores, que perdem poder de compra na desleal competição com os preços, sempre em processo de remarcação. Com a recente aprovação da Medida Provisória que trazia da URV, foi incluído um novo artigo, que proíbe a correção automática dos salários convertidos em URV em prazo inferior a um ano. Assim, encolhem os salários, disparam os preços, de forma progressiva.

Há um consenso indiscutível no Brasil – para a sorte do Plano FHC2 teria sido melhor que o Senador Fernando Henrique Cardoso tivesse continuado no Ministério da Fazenda. Sua permanência ali teria o mérito de infundir confiança na ação políti-

ca que é indispensável a qualquer ação de Governo. A desincompatibilização do ex-Ministro, para se candidatar a Presidente da República, reforçou as desconfianças de que a política econômica em prática tem objetivos essencialmente eleitorais.

Até agora, os resultados dessa política econômica não se revelam alentadores. Quando o Senador Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda, o país convivia com uma taxa mensal de inflação de pouco mais de 20%. Em abril, a taxa acumulada foi de 46%, havendo sinais de que, em maio, sua redução será insignificante. Os economistas de maior conceito no País e de diversas tendências não escondem seus receios com o futuro desse programa econômico, havendo pontos obscuros, como a política monetária e a política cambial a serem postas em prática pelo Governo.

Os que conceberam o Plano FHC2 diziam que, antes da implantação da nova moeda, era necessário que se verificasse o ajuste de preços no mercado. Esse ajuste se verificou, mas em detrimento dos assalariados. Também diziam que os trabalhadores não sofreriam perdas. Hoje, a convicção entre importantes líderes sindicais, com base em estudos realizados por órgãos técnicos idôneos, é a de que as perdas já são consideráveis para os assalariados. A realidade é que o poder de compra dos que percebem salários encolheu visivelmente.

O desemprego atingiu índices nunca vistos no Brasil em qualquer fase de nossa história. Segundo pesquisa realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), em São Paulo, o desemprego atinge oito milhões de pessoas. De acordo com a mesma pesquisa, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu 7,5% entre 1986 e 1993, enquanto a taxa de investimento caiu três pontos percentuais. Em 1993, o produto real da indústria de transformação cresceu 10%, e o índice de desemprego nesse setor teve uma elevação de 0,76% no mesmo período.

Ainda com base nos mesmos dados, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pode-se traçar um panorama do desemprego no Brasil. De 1979 a 1991, foram gerados apenas 600 mil empregos urbanos com carteira assinada. Os especialistas estimam que é necessário gerar anualmente um milhão e 500 mil empregos para atender aos jovens que ingressam no mercado de trabalho. Como a economia brasileira continua sob o efeito narcótico da recessão, deixa-se de gerar esse contingente de empregos, sujeitando milhões de jovens trabalhadores a buscar o sustento no drama quotidiano do biscoite e do subemprego.

Certamente a nova política econômica não está contribuindo para melhorar os vergonhosos níveis de distribuição de renda no Brasil. Pelo contrário. E foi para evitar que essa distribuição desigual de renda aumentasse – como de fato está acontecendo – que o deputado Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, misto de político e de líder sindical, propôs indexação mensal dos salários ao dólar. A proposta foi asperamente combatida pelo Governo e pelos núcleos mais conservadores da sociedade. Esses setores insuspeitos admitem que a correção salarial tenha uma defasagem de duas a três semanas...

Embora tenha prometido não alterar os contratos, as notícias que estão na imprensa diária dão conta de que o Governo deverá intervir, na transição para o Real, na forma de correção ou nos valores combinados entre as partes de contratos que ainda não estejam atrelados à URV, a partir do dia 1º de julho. Tal intervenção corresponderia à aplicação de um redutor ou deflator sobre a correção calculada pelo índice contratual ou o valor combinado entre as partes nos contratos estabelecidos.

Outro aspecto de indiscutível importância, Sr. Presidente, Srs. Senadores, diz respeito à conversão dos aluguéis. As entidades representativas dos inquilinos manifestam fundadas preocupações de que os reajustes de aluguel, quando da introdução da nova moeda, venham a se verificar em níveis que não correspondam aos reajustes que tiveram os salários nos últimos tempos. Este é um ponto delicado do programa, que poderá acrescentar mais dificuldades de sobrevivência aos trabalhadores que residem em imóveis alugados, os quais constituem parcela majoritária no país.

O Governo comprometeu-se em não mexer nos contratos. Confirma-se que a disposição é a de alterá-los. Tudo é obscuro a respeito da sorte desse plano econômico. Agora mesmo, o Ministro da Fazenda teve que se empenhar em uma luta com o diretor da Receita Federal para evitar a sobrevivência de um indexador – a UFIR –, quando da introdução da nova moeda. Ora, se o estabelecimento do Real destina-se, segundo o Governo, a acabar com a indexação, que tem sido um instrumento de realimentação da inflação, é claro que a manutenção da UFIR só poderia contribuir para aumentar as desconfianças, já existentes, em relação ao programa econômico. Seria o próprio Governo que não confiaria em sua política econômica. Da discussão surgiu uma decisão salomônica.

Se os trabalhadores das empresas privadas acumulam perdas com a vigência da URV, os servidores públicos e os aposentados e pensionistas da previdência estão sendo igualmente penalizados. Os órgãos de representação sindical confirmam que as perdas dos servidores públicos e dos aposentados, de um modo geral, são ainda mais significativas do que as dos trabalhadores privados. O que se constata, desta maneira, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que o Plano Real não tranquilizou a sociedade e tem mantido os trabalhadores sob evidente arrocho salarial.

De um modo geral, os economistas admitem que, com a introdução do Real, os índices inflacionários cairão drasticamente, pelo menos durante certo tempo. Isso porque o Governo atacou três frentes consideradas fundamentais em qualquer programa que se destine a reduzir drasticamente a inflação: o ajuste fiscal, a desindexação e a reforma monetária. Todos concordam, todavia, em que a vitória contra a inflação não deverá durar mais do que até o final do ano, quando novas pressões inflacionárias ocorrerão.

E por que o programa está sujeito, assim, a chuvas trovoadas, em futuro próximo? Antes de mais nada, porque se atrelou a revisão constitucional a interesses corporativos dos segmentos mais poderosos da sociedade brasileira. Na verdade, esses interesses de grande poder político condicionaram a revisão constitucional, pura e simplesmente, à derrubada dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, que provocaria graves prejuízos à nação. Seus notórios representantes no Congresso recusaram-se sistematicamente a qualquer acordo para aprovar uma reforma do sistema tributário, esta sim, de importância capital para a reforma econômica.

De modo geral, importantes economistas advertiram que teria sido mais saudável para o Plano Real que a URV viesse por mais tempo, contribuindo, assim, de forma mais eficaz, para o alinhamento dos preços. Nesta hipótese, os técnicos acreditam que a introdução da nova moeda se faria sem maiores percalços, em prazo maior, com efeitos positivos no combate às causas da inflação. Interesses puramente eleitorais teriam aconselhado antecipar a vigência da nova moeda? Eis uma pergunta que muitas pessoas se fazem.

Grandes economistas entendem que, mesmo com o Real, a inflação não cairá a zero. Espera-se que, no primeiro mês, situe-se em torno dos 5% mensais, por causa do famigerado resíduo que

acompanhará o Real. A expectativa é de que caia para 2 ou 3%, a seguir, reduzindo-se a 1% no quinto ou sexto mês após a implantação da nova moeda. Como não se promoveu uma reforma fiscal adequada – incluindo-se a reforma tributária –, a previsão é a de que, no início do próximo ano, possivelmente em janeiro, a inflação readquirirá novo ímpeto ascendente.

Parece claro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o programa econômico poderia estar menos imune a riscos, se considerações de natureza político-eleitoral não o tivessem acompanhado. Objetivos estranhos à natureza de um plano econômico certamente contribuíram para aumentar as desconfianças dos trabalhadores, dos empresários e da sociedade em geral.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

COMPARECERAM MAIS OS SRS:

Albano Franco – Alexandre Costa – Amir Lando – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Henrique Almeida – Hugo Napoleão – João Rocha – José Paulo Bisol – Meira Filho – Onofre Quinlan.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) – Sobre a mesa oficial que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

Faça-se a substituição solicitada em 24-6-94.

Brasília, 15 de junho de 1994.

Senhor Presidente:

Solicito sua especial atenção no sentido de determinar a substituição dos representantes do PRN, integrantes da MPV nº 524, sendo que o Exmº Sr. Senador Áureo Mello passará a integrá-la na condição de Membro Titular, e este Senador na condição de Suplente.

Sendo o que se encontra para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar-lhe protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador Ney Maranhão, Líder do PRN.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) – Será feita a substituição solicitada.

A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de segunda-feira, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

I

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 44, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1993 (nº 250/93 na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO INDEPENDENTE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Áureo Mello, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 45 DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1993 (nº 253/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO CAPINZAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;
- 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 46, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 1993 (nº 248/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO FRATERNIDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo, tendo

Parecer, proferido em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Álvaro Pacheco, favorável ao projeto;
- 2º pronunciamento: Relator: Senador Jonas Pinheiro, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 48, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO JORNAL DO BRASIL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;
- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 49, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da RÁDIO LITORAL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

- 2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 52, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO GRANDE LAGO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;
- 2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

7

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 55, DE 1993
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à PAQUETÁ EMPREENDIMENTOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 7, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados).

que aprova o ato que renova a outorga deferida à RÁDIO CULTURA DE TIMBÓ LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 9, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO E TV TAPAJÓS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 10, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO PE. URBANO THIESEN para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

- 1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;
- 2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 11, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. RÁDIO VERDES MARES, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 12, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO CULTURAL CRUZEIRO DO SUL para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

- 1º pronunciamento: favorável ao projeto;
- 2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 18, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO ARAGUAIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Araguaina, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 19, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV TOCANTINS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 24, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portela, em substituição à Comissão de Educação.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 16, DE 1994**(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, "b", do Regimento Interno)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1994 (nº 2.248/91, na Casa de origem), que regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro, tendo

Parceres

-sob nº 132, de 1994, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto com Emendas nºs 1 e 2 - CCJ, de redação, que apresenta;

- de Plenário, Relator: Senador Magno Bacelar, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pela rejeição das emendas nºs 3 a 26, de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 10h24min.)

MESA	LIDERANÇA DO PMDB	Vice-Líder
Presidente Humberto Lucena _ PMDB _ PB	Líder Mauro Benevides	Valmir Campelo
1º Vice-Presidente Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI	Vice-Líderes Cid Sabóia de Carvalho Garibaldi Alves Filho José Fogaca Ronaldo Aragão Mansuetto de Lavor	LIDERANÇA DO PDT Líder Magno Bacelar
2º Vice-Presidente Levy Dias _ PTB _ MS		LIDERANÇA DO PRN Líder Ney Maranhão
1º Secretário Júlio Campos _ PFL _ MT	LIDERANÇA DO PSDB Líder Mário Covas	Vice-Líder Áureo Mello
2º Secretário Nabor Júnior _ PMDB _ AC	Vice-Líder Jutahy Magalhães	LIDERANÇA DO PP Líder Irapuan Costa Júnior
3º Secretário Júnia Marise _ PRN _ MG	LIDERANÇA DO PFL	LIDERANÇA DO PPR Líder Epitácio Cafeteira
4º Secretário Nelson Wedekin _ PDT _ SC	Líder Marco Maciel	
Suplentes de Secretário	Vice-Líderes Odacir Soares	Vice-Líderes Affonso Camargo
Lavoisier Maia _ PDT _ RN Lucídio Portella _ PDS _ PI Beni Veras _ PSDB _ CE Carlos Patrocínio _ PFL _ TO	LIDERANÇA DO PSB Líder José Paulo Bisol	Esperidião Aímim
LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PTB Líder Jonas Pinheiro	Moisés Abrão
Líder Pedro Simon		LIDERANÇA DO PT Líder Eduardo Suplicy

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA
E CIDADANIA _ CCJ**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Iram Saraiva
Vice-Presidente: Magno Bacelar

Titulares	Suplentes	Márcio Lacerda Vago	MT-3029	Vago Vago			
PMDB							
Amir Lando Cid S. de Carvalho José Fogaca Iram Saraiva Nelson Carneiro Antônio Manz Pedro Simon Wilson Martins	RO-3111/12 CE-3058/59 RS-3077/78 GO-3134/35 RJ-3209/10 PB-4345/46 RS-3230/31 MS-3114/15	César Dias Mansueto de Lavor Garibaldi A. Filho Gilberto Miranda Marcio Lacerda Aluizio Bezerra Divaldo Surugay Alfredo Campos	RR-3064/65 PE-3183/84 RN-4382/92 AM-3104/05 MT-3029/30 AC-3185/59 AL-3185/86 MG-3237/38	Lourival Baptista João Rocha Odacir Soares Marco Maciel Carlos Patrocínio Francisco Rollemberg	SE-3027/28 TO-4071/72 RO-3218/19 PE-3197/99 TO-4058/68 SE-3032/33	Dario Pereira Alvaro Pacheco Bello Parga Hydekel Freitas Elcio Alvares Guilherme Palmeira	RN-3098/99 PI-3065/87 MA-3069/70 RJ-3082/83 ES-3131/32 AL-3245/46
PFL							
Josaphat Marinho Francisco Rollemberg Carlos Patrocínio Odacir Soares Elcio Alvares	BA-3173/74 SE-3032/33 TO-4058/68 RO-3218/19 ES-3131/32	Hydekel Freitas Marco Maciel Henrique Almeida Lourival Baptista João Rocha	RJ-3082/83 PE-3197/98 SP-3191/92 SE-3027/28 TO-4071/72	Almir Gabriel Beni Veras Jutahy Magalhães	PA-3145/46 CE-3242/43 BA-3171/72	Dircen Carneiro Eva Blay Teotônio V. Filho	SC-3179/80 SP-3117/18 AL-4093/94
PSDB							
Eva Blay Jutahy Magalhães Mário Covas	SP-3119/20 BA-3171/72 SP-3177/78	Almir Gabriel Teotônio Vilela Filho Vago	PA-3145/46 AL-4093/94	Mariuce Pinto Affonso Camargo Jonas Pinheiro	RO-4062/63 PR-3062/63 AP-3206/07	Valmir Campelo Luiz Alberto Oliveira Carlos De'Carli	DF-3188/89 PR-4059/60 AM-3079/81
PTB							
Luiz Alberto Carlos De'Carli	PR-4059/60 AM-3079/80	Affonso Camargo Lourenberg N. Rocha	PR-3062/63 MT-3035/36	Lavoisier Maia	RN-3240/41	Nelson Wedekin	SC-3151/53
PDT							
Magno Bacelar	MA-3073/74	Lavoisier Maia	RN-3239/40	Salvadore Derzi Aureo Mello	MS-4215/16 AM-3091/92	Ney Maranhão Albano Franco	PE-3101/02 SE-4055/56
PRN							
Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Moisés Abrão	TO-3136/37
PDC							
Epitácio Cafeteira	MA-4073/74	Gerson Camata	ES-3203/04	Lucídio Portella	PI-3055/57	Jarbas Passarinho	PA-3022/23
PDS							
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24			PSB / PT	
PP							
Pedro Teixeira	DF-3127/28	João França	RR-3067/68	Pedro Teixeira	DF-3127/28	Meira Filho	DF-3221/22
Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes _ Ramais 3972 e 3987 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa Anexo das Comissões _ Ramal 4315					Secretário: Luiz Cláudio/Vera Lúcia Telefones: Secretaria: 3515/16/4354/3341 Sala de reuniões: 3652 Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas. Sala nº 09 _ Ala Alexandre Costa		
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS _ CAE							
(27 Titulares e 27 Suplentes)							
Presidente: João Rocha Vice-Presidente: Gilberto Miranda							
Titulares	Suplentes	PMDB	Suplentes	PMDB	Suplentes	PMDB	Suplentes
PMDB							
Amir Lando Antônio Manz César Dias Cid Sabóia de Carvalho Divaldo Surugay Juvenício Dias Ronaldo Aragão Garibaldi A. Filho	RO-3111/12 PB-4345/46 RR-3064/65 CE-3058/60 AL-3180/85 MA-3050/4393 RR-4052/53 RN-4382/92	Aluízio Bezerra João Calmon Onofre Quinlan Pedro Simón Ricardo Lira José Fogaca Ronan Tito Nelson Carneiro Iram Saraiva	AC-3158/59 ES-3154/55 GO-3148/49 RS-3230/32 RS-3077/78 MG-3038/39 RJ-3209/10 GO-3133/34	Ronan Tito Garibaldi A. Filho Ruy Bacelar Ronaldo Aragão César Dias Mansueto de Lavor Aluízio Bezerra Gilberto Miranda Onofre Quinlan	MG-3038/39/40 RN-4382/92 BA-3161/62 RR-4052/53 RO-3064/65/66 PE-3182/83/84 AC-3158/59 AM-3104/05 GO-3148/50	Mauro Benevides José Fogaca Flaviano Melo Cid S. de Carvalho Juvêncio Dias Pedro Simón Divaldo Surugay João Calmon Wilson Martins	CE-3194/95 RS-3077/78 AC-3493/94 CE-3058/59 PA-3050/4393 RS-3230/32 AL-3185/86 ES-3154/56 MS-3114/15
PFL							
Carlos Patrocínio Raimundo Lira Henrique Almeida Dario Pereira João Rocha	TO-4058/68 PB-320/02 AP-3191/92/93 RN-3098/99 MA-4071/72	Odacir Soares Bello Parga Alvaro Pacheco Elcio Alvares Joséphat Marinho	TO-4071/72 MA-3069/70 PI-3065/87 ES-3131/32 BA-3173/75				
PMDB							

PSDB				PDC				
Beni Veras José Richa Mário Covas	CE-3242/43/44 PR-3163/64 SP-3177/78	Almir Gabriel Dirceu Carneiro Vago	PA-3145/47 SC-3179/80	Gerson Camata	ES-3203/04	Epitácio Cafeteira PP	MA-4073/74	
		PTB		Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128	
Affonso Camargo Valmir Campelo Jonas Pinheiro	PR-3062/63 DF-3188/89/4061 AP-3206/07	Lourenberg N. Rocha Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	MT-3035/36 PR-4059/60 RO-4062/63	Jarbas Passarinho	PA-3022/23	PDS Lucídio Portella	PI-3055/56	
		PDT		Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos Ramais: 3496 e 3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3546				
Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40	COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI				
		PRN		(23 Titulares e 23 Suplentes) Presidente: Dario Pereira Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho				
Albano Franco Ney Maranhão	SE-4055/56 PE-3101/02	Saldanha Derzi Aureo Melo	MS-4215/18 AM-3091/92	Titulares				
		PDC		Suplentes				
Moisés Abrão	GO-3136/37/3522	Gerson Camata	ES-3203/04	PMDB				
		PDS		Flaviano Melo Mauro Benevides Aluízio Bezerra Onofre Quinlan Gilberto Miranda Alfredo Campos Marcio Lacerda Vago				
Esperidião Amin	SC-4206/07	Jarbas Passarinho	PA-3022/24	AC-3493/94 CE-3194/95 AC-3158/59 GO-3148/49 AM-3104/05 MG-3237/38 MT-3029/30				
		PP		Amir Lando Ruy Bacelar Ronaldo Aragão Ronan Tito Juvenício Dias Antônio Mariz Wilson Martins Vago				
Meira Filho	DF-3222/05	Irapuan C. Júnior	GO-3089/90	PFL				
		PT/PSB		Dario Peteira Henrique Almeida Elio Alvares Bello Parga Hydekel Freitas				
Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25	RN-3098/99 AP-3191/92 ES-3131/32 MA-3069/72 RJ-3082/83				
Secretário: Dirceu Vieira M. Filho Ramais: 311-3515/3516/4354/3341 Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 4344				Raimundo Lira João Rocha Carlos Patrocínio Guilherme Palmeira Vago				
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE								
	(19 Titulares e 19 Suplentes) Presidente: Alfredo Campos Vice-Presidente: Hydekel Freitas				PSDB			
Titulares				Dirceu Carneiro Teotônio V. Filho José Richa				
	Suplentes				SC-3179/80 AL-4093/94 PR-3163/64			
PMDB				Beni Veras Jutahy Magalhães Vago				
Ronan Tito Alfredo Campos Nelson Carneiro Divaldo Surugay João Calmon Ruy Bacelar	MG-3039/40 MG-3237/38 RJ-3209/10 AL-3185/86 ES-3154/55 BA-3160/61	Mauro Benevides Flaviano Melo Garibaldi A. Filho Mansueto de Lavor Gilberto Miranda Cesar Dias	CE-3052/53 AC-3493/94 RN-4382/92 PE-3182/83 AM-3104/05 RR-3064/65	Lourenberg N. R. Marluce Pinto	MT-3035/36 RR-4062/63	Affonso Camargo Vago	PR-3062/63	
		PFL		PTB				
Guilherme Palmeira Hydekel Freitas Lourival Baptista Álvaro Pacheco	AL-3245/46 RS-3064/65 SE-3027/28 PI-3085/86	Francisco Rollemberg Josaphat Marinho Raimundo Lira Marco Maciel	SE-3032/34 BA-3173/74 PB-3200/3201 PE-3197/98	Saldanha Derzi	MT-4215/18	Albano Franco	SE-4055/56	
		PSDB		PDT				
Dirceu Carneiro José Richa	SC-3179/80 PR-3163/64	Jutahy Magalhães Eva Blay	BA-3171/72 SP-3119/20	Gerson Camata	ES-3203/04	Moisés Abrão	TO-3136/37	
		PTB		PDS				
Luiz A. Oliveira Marluce Pinto	PR-4058/59 RR-4062/63	Valmir Campelo Jonas Pinheiro	DF-3188/89 AP-3206/07	Lucídio Portella	PI-3055/56	Esperidião Amin	SC-4206/07	
		PDT		PP				
Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75	João França	RR-3067/68	Meira Filho	DE-3221/22	
		PRN		Secretário: Celso Parente - Ramal 3515 e 3516 Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa - Anexo das Comissões - Ramal 3286				
Albano Franco	SE-4055/56	Saldanha Derzi	MS-3255/4215					

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO _ CE				PTB			
(27 Titulares e 27 Suplentes) Presidente: Valmir Campelo Vice-Presidente: Juvêncio Dias				Valmir Campelo Jonas Pinheiro Louremberg N. R.	DF-3188/89 AP-3206/07 MT-3035/36	Luiz A. Oliveira Marluce Pinto Carlos De' Carli	PR-4058/59 RR-4062/63 M-3079/80
Titulares		Suplentes		Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magnu Bacelar	MA-3074/75
					PRN		
		PMDB		Aureo Mello Ney Maranhão	AM-3091/92 PE-3101/02	Albano Franco Saldanha Derzi	SE-4055/56 MS-4215/18
					PDC		
		PFL		Moisés Abrão	TO-3136/37	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
					PDS		
		PSDB		Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Esperidião Amin	SC-4206/07
					PP		
		PFL		Meira Filho	DF-3221/22	João França	RR-3067/68
					PT/PSB		
		PSDB		Eduardo Suplicy	SP-3213/15	José Paulo Bisol	RS-3224/25
				Secretária: Mônica Aguiar Inocente Ramais: 3496/3497 Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121			

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

**Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e
321-7333 – Telex: (061) 1357**

**Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

**Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal**

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDÍGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 94

Edição comentada da legislação eleitoral.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

Edição de textos legais, atualizados.

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N° 119 — 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional n.º 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS — 1989 5 volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF
Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 — Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex:
(061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 118 – abril/junho 1993

O Perfil Constitucional do Estado Contemporâneo: o Estado democrático de direito.

Inocêncio Mártires Coelho

As Limitações ao Exercício da Reforma Constitucional e a Dupla Revisão.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

O Distrito Federal nas Constituições e na Revisão Constitucional de 1993

Gilberto Tristão

A Constituição de 1988 e os Municípios Brasileiros.

Dieter Brühl

A Justiça Militar Estadual.

Álvaro Lazzarini

A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia da Nulidade da Lei – Unvereinbarkeitserklärung – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã.

Gilmar Ferreira Mendes

Da Responsabilidade do Estado por Atos de Juiz em Face da Constituição de 1988.

A.B. Cotrim Neto

Serviço Público – Função Pública – Tipicidade – Critérios Distintivos.

Hugo Gueiros Bernardes

Considerações Atuais sobre o Controle da Discricionariedade.

Luiz Antônio Soares Hentz

Sistema Brasileiro de Controle da Constitucionalidade.

Sara Maria Stroher Paes

O controle Interno de Legalidade pelos Proc. do Estado.

Cléia Cardoso

Controle Externo do Poder Judiciário.

José Eduardo Sabo Paes

Tutela Jurídica sobre as Reservas Extrativistas.

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felippe.

Legislação Ambiental Brasileira – Evolução Histórica do Direito Ambiental.

Ann Helen Wainer

Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira.

Paulo Affonso Leme Machado

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil.

José Flávio Sombra Saraiva

História das Idéias Penais na Alemanha do Pós-Guerra.

Winfried Hassemer

Aspectos do Discurso Jurídico-Penal (Material e Formal) e sua Illegitimidade.

Sérgio Luiz Souza Araújo

Proceso, Democracia y Humanización.

Juan Marcos Rivero Sánchez

O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil: Cruzadas e Reformas.

Geraldo Brindeiro

Liderança Parlamentar

Rosinethe Monteiro Soares

Considerações Acerca de um Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Rubem Nogueira

Entraves à Adoção do Parlamentarismo no Brasil.

Carlos Alberto Bittar Filho

Loucura e Prodigalidade à Luz do Direito e da Psicanálise.

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Omar Brina Corrêa Lima

Usucapião Urbano.

Rogério M. Leite Chaves

O Código do Consumidor e o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos Comerciais e Industriais.

Adriano Perácio de Paula

Dos Contratos de Seguro-Saúde no Brasil.

Maria Leonor Baptista Jourdan

A Nova Regulamentação das Arbitragens.

Otto Eduardo Vizeu Gil

Os Bancos Múltiplos e o Direito de Recesso.

Arnoldo Wald

O Dano Moral e os Direitos da Criança e do Adolescente.

Roberto Senize Lisboa

A Aids Perante o Direito.

Licínio Barbosa

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT).

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antônio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

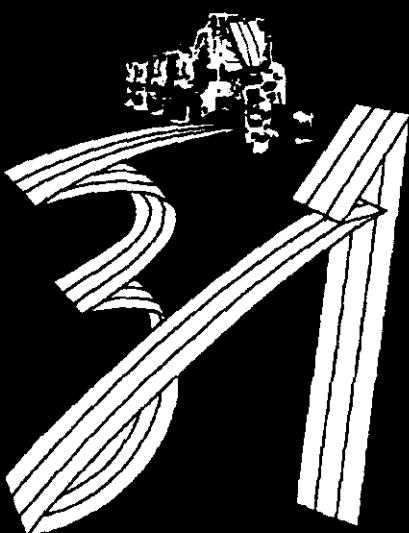
Nome.....

Endereço CEP

Cidade UF Telefone Fax Telex

Data: / / Assinatura:

CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL



A N O S
1963 1994

IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS